

SOBRE CONECTORES ARGUMENTATIVOS: A PERSPECTIVA DE MOESCHLER.

Anscombe e Ducrot foram dos primeiros a analisar semanticamente e pragmaticamente os marcadores argumentativos. A sua Teoria da Argumentação na Língua deu, numa primeira fase (chamada *standard*) grande destaque ao estudo dos conectores, especialmente de *mais*, encontrando-se actualmente mais voltada para o estudo do "topos", ou princípio argumentativo, conceito que está a levar à reformulação de toda a Teoria.

Mostrando-se a par desta evolução, Moeschler, na primeira parte da obra Modélisation du dialogue (...), 1989, continua a abordagem de Anscombe e Ducrot, formalizando-a, em parte. A sua fidelidade à referida abordagem está patente, por exemplo, na concepção de argumentação no sentido técnico que apresenta na página 37 e que afirma adoptar nos três primeiros capítulos (embora com uma ligeira limitação do campo de aplicação provocada pela definição da relação de concessão (cf. p. 38)).

No entanto, há alguns pontos de diferenciação, o primeiro dos quais se esboça logo no primeiro capítulo com a distinção que é estabelecida entre concessão causal e concessão argumentativa. A definição de concessão causal é a seguinte:

" $p * q^1$ é uma proposição concessiva causal se e somente se:

- (i) P é verdadeiro no mundo real;
- (ii) Q é verdadeiro no mundo real;
- (iii) $P * Q$ pressupõe a validade da relação de causalidade CAUSA (P, R), onde R recebe o seu valor no conjunto "unaire" C "de proposição", onde $C = \{\text{não-Q}\}$;
- (iv) $P * Q$ indica ("pose") que CAUSA (P,R) não é válida nas circunstâncias que levam a enunciar $P * Q$." (p. 44)

Considerando *pourtant*² como o protótipo dos conectores que a assinalam, o autor defende que "a relação de concessão causa) é independente de todo e qualquer acesso a um contexto de interpretação", que "é estritamente dependente da estrutura do mundo" e por isso é "uma relação estritamente semântica" (pp. 46-47). Por outro lado, considera que a concessão argumentativa introduz "uma relação semântica entre P e Q dependente do contexto e dos princípios relacionais (topoi) na origem da relação argumentativa implicada." A definição que apresenta é a seguinte:

- " $P * Q$ é uma proposição concessiva argumentativa se e somente se:
- (i) P é verdadeiro no mundo real;
 - (ii) Q é verdadeiro no mundo real;
 - (iii) $P * Q$ pressupõe a validade da relação argumentativa $-->>(P, R)$, onde R recebe o seu valor no conjunto fechado C de proposições, onde $C = \{\text{não-Q}, w (R, \text{não-R})\}$;
 - (iv) $P * Q$ indica ("pose") que $-->>(P,R)$ não é válida nas circunstâncias que levam a enunciar $P * Q$." (p. 47)

Divide depois, na continuação de [ANSCOMBRE e DUCROT 1978/79], a concessão argumentativa em directa e indirecta, apresentando os seguintes exemplos:

a) Concessão argumentativa directa ($R = \text{não-Q}$)

Il fait beau, mais je ne sortirai pas

b) Concessão argumentativa indirecta ($w (R, \text{não-R})$)

Il fait beau, mais je suis fatigué (p. 48)

É de realçar que, dentro dos concessivos, apenas mais apresenta casos de relação indirecta ³, um funcionamento específico que Ducrot teve o mérito de compreender e descrever com clareza [cf. DUCROT 1972 e 1980].

As diferenças em relação à Teoria da Argumentação na Língua são notórias no segundo capítulo, onde o autor, retomando trabalhos de 81 e 82 em parceria com de Splenger, faz uma representação semântica dos conectores concessivos através do que chama quadrado argumentativo, para a concessão argumentativa, e do triângulo causal, para a concessão causal.

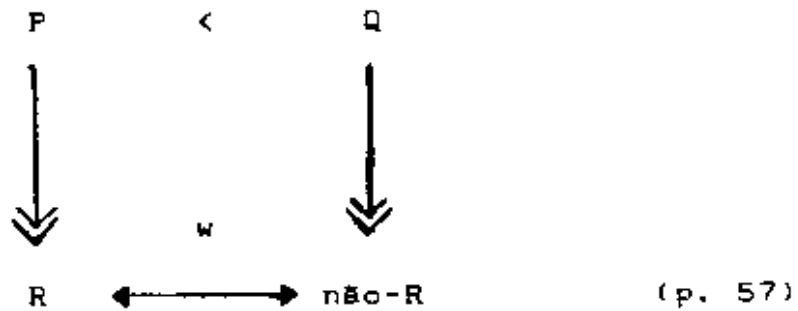
O quadrado da concessão argumentativa é apresentado da seguinte forma:

"Considerem-se as quatro variáveis proposicionais P, Q, R, e não-R e as três relações inter-proposicionais seguintes:

. $-->>$ ou relação argumentativa, entre P e R por um lado e Q e não-R por outro: $-->> (P, R), -->> (Q, \text{não-R})$;

. w , ou relação de disjunção exclusiva, traduzindo a contradição lógica entre as duas proposições R e não-R: $w (R, \text{não-R})$;

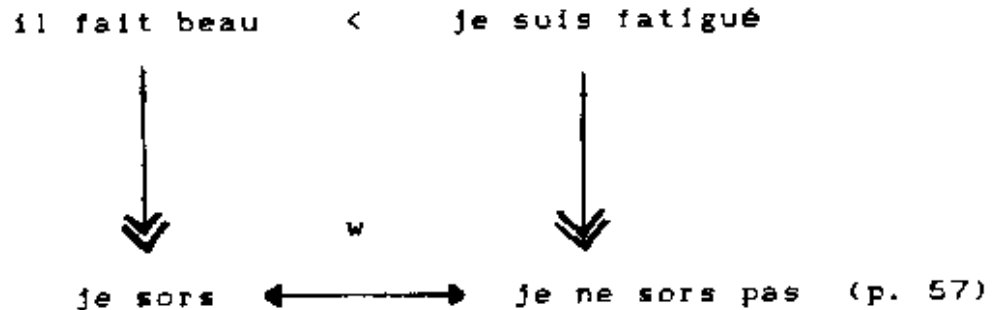
. $<$, ou relação de força argumentativa, entre P e Q: $< (P, Q)$ significa que Q é mais forte argumentativamente que P." (p. 56).



A ilustração do funcionamento do quadrado é feita com a atribuição dos seguintes valores às variáveis proposicionais:

- . P: il fait beau
- . Q: je suis fatigué
- . R: je sors
- . não-R: je ne sors pas

E assim se obtém:



Compare-se agora esta aplicação com a que é feita em relação ao triângulo da concessão causal, descrito da forma que se segue:

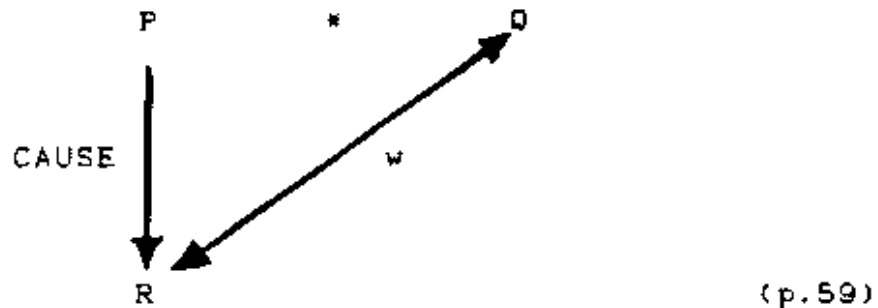
"Considerem-se as variáveis proposicionais P, Q e R, sendo $R = \text{não-Q}$, e as três relações inter-proposicionais seguintes:

- . CAUSA, ou relação de causalidade entre conteúdos, definida por um postulado de sentido que intervém entre P e R : CAUSA (P, R);
- . w, ou relação de disjunção exclusiva, intervindo

entre R e Q : $w(R, Q)$, isto é, $w(\text{não-Q}, Q)$.

. *, ou relação de conexão introduzida pelo conector." (p. 59)

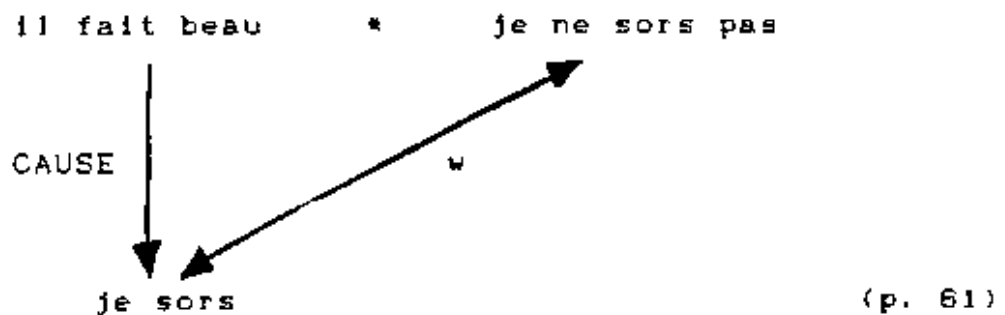
O triângulo causal pode ser representado da seguinte forma:



Para ilustrar esta representação, são atribuídos os seguintes valores às variáveis proposicionais:

- . P: il fait beau
- . Q: je ne sors pas
- . R: je sors

E obtém-se:



Ora é precisamente esta aplicação, quando comparada com a do quadrado argumentativo, que leva a colocar a seguinte questão: como é possível classificar a relação entre "il fait beau"(P) e "je sors"(R) ora como relação de causalidade (CAUSA), no triângulo, ora como relação argumentativa (\rightarrow)?

no quadrado, depois de ter indicado tão clara e repetidamente a diferença entre os dois tipos de relação? O autor parece considerar que o género de relação entre os enunciados-tipo não é determinável independentemente do seu uso com conectores. A natureza da relação seria assim indicada (ainda que implicitamente) pelo tipo de conector utilizado, como ele próprio deixa transparecer na análise de *bien que* (p. 78).

Por outro lado, não é de todo evidente, apesar de lhes serem atribuídos triângulos em posições diferentes, a distinção entre o triângulo da concessão causal e a representação de *mais* de relação directa (classificado como concessão argumentativa), como se poderá constatar um pouco mais à frente, quando são apresentadas as figuras relativas a *mais*.

Enfim, situar um conector concessivo em relação aos dois tipos de concessão em jogo não é fácil, e talvez por isso Moeschler tenha vindo a relativizar a dicotomia e a propor uma "escala de concessão" cujos pólos seriam representados pela concessão argumentativa (*mais* no extremo) e pela concessão causal (*bien que* no outro extremo)(p.79). Sendo assim, a dificuldade estaria, como é evidente, em representar os conectores em posição intermédia (cf. pp. 78-79, a propósito de *quand même*).

Em resumo: a passagem das análises pontuais de conectores a que nos habituaram Anscombre e Ducrot para uma representação mais abstracta e englobante terá as suas vantagens, mas pode também apresentar alguns pontos menos convincentes, pelo menos no estado actual da investigação.

No entanto, a grande diferença entre a abordagem dos

autores supra citados e a de Moeschler e Nina de Spengler não consiste no grau de abstracção mas sim na concepção e formulação das instruções associadas aos conectores pragmáticos. Moeschler considera a concepção das instruções argumentativas em termos de esquema semântico geral (que sofrerá modificações relativamente aos usos do conector) [cf. DUCROT et al. 1980] incompatível com a descrição semântica dos conectores concessivos proposta no segundo capítulo de [MOESCHLER 1989]⁴. Esta é fundada sobre a noção de percurso sobre uma representação (correspondente a uma determinada estrutura concessiva, seja causal ou argumentativa). Assim sendo, as diferenças entre os vários usos no discurso são explicadas essencialmente por diferenças de trajectos sobre as estruturas concessivas apresentadas. Para além disso, é característica principal das suas descrições a recusa da multiplicação de tipos de conectores devido a diferenças situadas a nível semântico, defendendo que essas diferenças devem ser encaradas a nível do "uso": por exemplo, a diferença entre um *pourtant* concessivo e outro refutativo não é considerada semântica mas sim pragmática (o uso refutativo é explicado por derivação a partir do concessivo) (p. 62).

Curiosamente, e apesar de tudo, a procura de unidade na descrição semântica é, em linhas gerais, comum à escola de Anscombe e Ducrot, tal como aliás o interesse pelo conector *mais*, que é descrito ainda no segundo capítulo.

Moeschler começa por referir a conhecida distinção entre *mais*-SN, correspondente a *sino* e a *sondern*, e *mais*-PA, correspondente a *pero* e a *aber*, apresentada em [ANSCOMBRE e DUCROT 1977]. No resumo que apresenta baseia a distinção em

três pontos: o morfema é considerado de um ou outro modo conforme

. articula actos de fala, neste caso actos de argumentação (mais-PA), ou conteúdos semânticos no interior do mesmo acto de fala (mais-SN)

. é argumentativo (mais-PA) ou refutativo (mais-SN)

. é sempre precedido de uma negação polémica (mais-SN) ou, se precedido de negação, ela é descritiva (mais-PA)⁵.

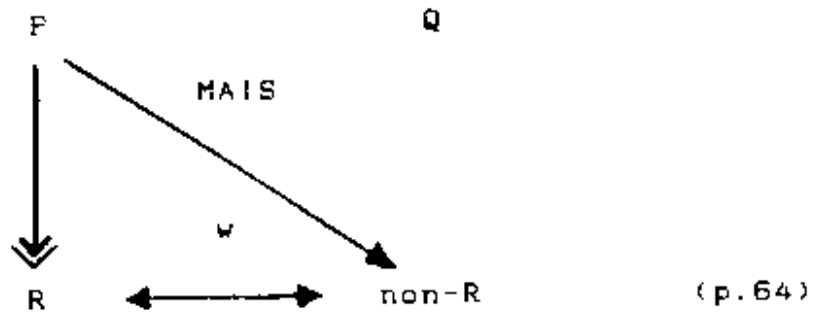
Há casos de ocorrência com negação em que lhe parecem possíveis as duas interpretações (argumentativa ou refutativa), o que nos coloca o problema da fronteira, por vezes fluida, entre mais-SN e mais-PA, já referida, para o morfema correspondente em português, em [BARROS 1983, 515].⁶

A exemplo de Ducrot, Moeschler desenvolve mais o estudo de mais como conector concessivo (mais-PA), reconhecendo que a sua descrição em termos de percurso sobre o quadrado argumentativo corresponde à descrição standard de [ANSCOMBRE e DUCROT 1977]. E afirma que a utilidade da sua descrição consiste no facto de explicar o emprego de relação directa e o de relação indirecta deste conector. (p. 64)

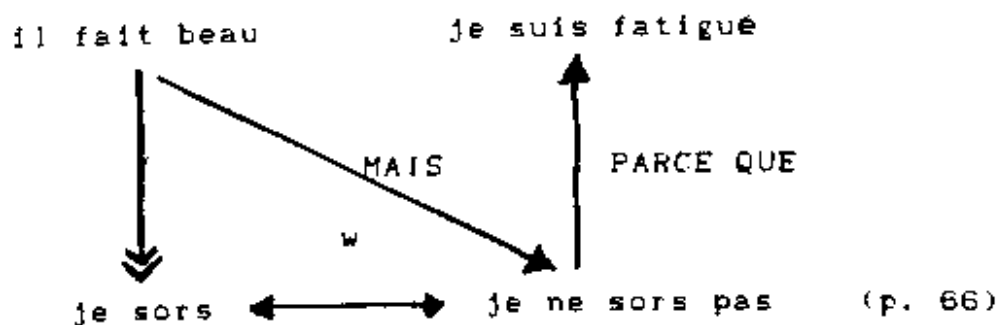
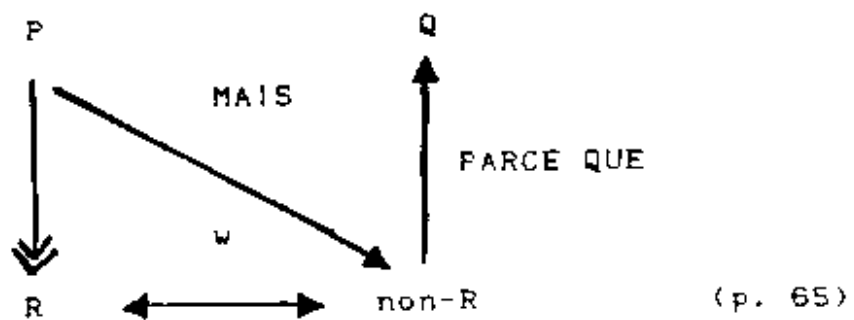
Ora é fácil reconhecer que a visualização assegurada pelo quadrado argumentativo poderá favorecer a compreensão dos fenómenos em causa, convém no entanto assinalar que a distinção entre relação indirecta escalar e não escalar [ANSCOMBRE e DUCROT 1978-79: 46-48] parece ter sido posta de lado nesta tentativa de abstracção.

Por outro lado, a ideia de forma lógica completa (ou percurso completo) merece também ser considerada, enquanto portadora de alguma inovação. O autor apresenta primeiro a

figura que resume o emprego de relação directa de **mais-PA**, tendo este como forma lógica de base a estrutura **P mais non-R** :

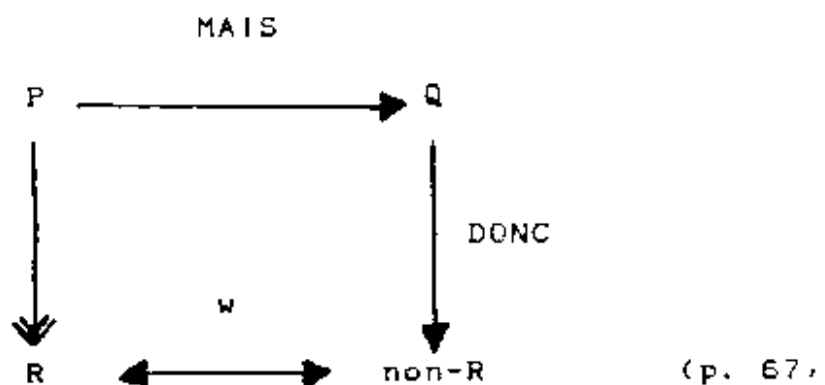
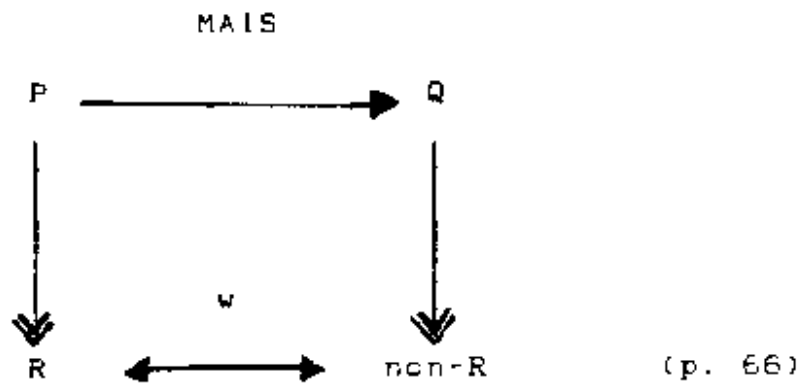


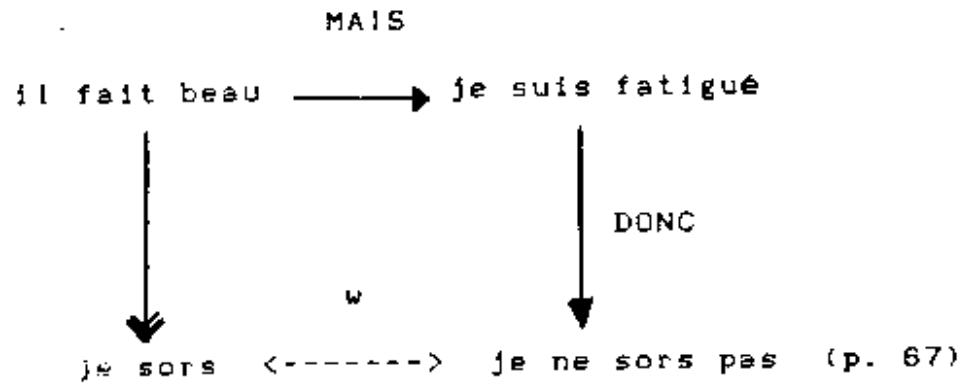
Considerando a estrutura atrás referida semanticamente incompleta, por falta de acesso a Q, argumento para não-R, o autor opta pela introdução de Q recorrendo a um conector argumentativo como **parce que**, o que permite obter a forma lógica **P mais non-R parce que Q**, actualizada nas figuras que se seguem (percurso completo e aplicação desse percurso, respectivamente).



Quanto ao emprego de relação indirecta, implica um percurso completo do quadrado argumentativo, no dizer do autor, e tem como forma lógica P mais Q, que pode ser completada pela explicitação da conclusão non-R, obtendo-se assim a forma P mais Q donc non-R.

Há, contudo, alguns pontos a esclarecer. Considerem-se as figuras do percurso de mais de relação indirecta, do percurso completo de mais de relação indirecta e de uma aplicação deste último:





Estas figuras levantam a seguinte questão: como se explica a duplicação realizada ao empregar a palavra "percurso" para a primeira figura, e a expressão "percurso completo" para a segunda, quando o autor afirma desde o início que o uso de relação indirecta "implica um percurso completo do quadrado argumentativo"?⁷ (p. 66)

Quando, de seguida, e a propósito dos dois empregos de mais-PA, distingue a acessibilidade do argumento mais forte, Q, referente ao uso de relação directa, da acessibilidade da conclusão, non-R, relativa ao uso de relação indirecta, não parece trazer nada de novo, a não ser talvez a formulação actualizada em termos de topoi, o que corresponde à versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua (cf. [ANSCOMBRE e DUCROT 1986], entre outros).

Actualização, agora em relação à teoria de Sperber e Wilson, e ainda a propósito de mais, aparece por exemplo na introdução, com a referência às premissas contextuais (e outras) necessárias à interpretação de mais (p.14). Moeschler apresenta, por outro lado, embora sem comentários, o "algoritmo" de mais, provando o seu interesse em aproximar a linguística da informática (p. 206).

Se a propósito de mais o autor podia ter feito mais referências a funcionamentos específicos no discurso^B, já no estudo, bastante desenvolvido, de parce que faz análises diversificadas de usos deste conector no diálogo, sem pôr em causa uma descrição semântica inicial, que se apresenta bastante radical: após a habitual distinção entre o funcionamento como operador e conector, o autor, em vez de referir dois tipos de parce que (causal e explicativo) defende que o conector,

"a nível do seu valor semântico, contém minimamente a ideia de causalidade que pode receber especificações pragmáticas ulteriores, a saber, os valores de explicação ou de justificação. A interpretação causal será portanto considerada como um valor "par défaut" seja confirmada pela interpretação explicativa, seja infirmada por enunciados como "Marie a trop mangé, parce qu' elle est malade", cuja interpretação mais acessível é a de "inférence invitée" (...)". (p. 191)

É na mesma linha de pensamento que a descrição, muito formalizada, e pretendendo afastar-se das leituras pragmáticas clássicas, adopta o já referido princípio de interpretação "par défaut" de parce que e considera os encadeamentos sobre o acto ilocutório⁹ como um efeito pragmático, mais do que como uma explicação do encadeamento (p. 194). Neste caso estabelece uma distinção subtil entre os encadeamentos sobre um acto ilocutório marcado ("de tipo não-representativo") e por outro lado os encadeamentos sobre actos representativos:

"No primeiro caso, a relação CAUSA conserva a sua direccionalidade, mas integra necessariamente a força ilocutória de P; no segundo caso, a direccionalidade

de CAUSA é simplesmente invertida, sem necessitar da integração da força ilocutória ligada a P" (p. 196).¹⁰

Este tipo de descrição, inspirada por um lado na teoria da pertinência de Sperber e Wilson, e motivada, por outro, pelo desejo de relacionar a descrição linguística com a inteligência artificial, deixa em aberto algumas interrogações e exigirá uma análise mais aprofundada. No entanto é possível reconhecer desde já na obra de Moeschler um estudo bastante completo, patente aliás no algoritmo apresentado (p. 198) e nas já referidas análises do conector no discurso: enunciativa, estrutural e funcional, retomando o seu modelo integrado de 85 [MOESCHLER 1985], e ainda inferencial, fundada nos princípios da teoria da pertinência.

Ponto de referência obrigatório para os estudiosos da argumentação em geral e dos conectores em particular, a tentativa final de modelização do diálogo (cap. 8), inspirada ao mesmo tempo na pragmática conversacional (E. Roulet) e na pragmática da pertinência, traz um contributo proveitoso para o estudo do discurso, abrindo caminho a uma perspectiva pluridisciplinar.

NOTAS

1- * é uma variável de conector que recebe o seu valor no conjunto dos conectores concessivos: [[*]] = (pourtant, bien que ...) [ibid.:41]

2- "La rivière était en crue, pourtant le pont ne s'est pas écroulé." [Moeschler 1989:44]

3- Ver mais à frente a descrição de mais.

4- Por outro lado, o autor considera que, do modo como Ducrot as formula (cf. descrição de mais, [DUCROT et al.:21),

"les instructions font intervenir deux types

d'informations sémantico-pragmatiques qui méritent d'être distinguées: d'une part des conditions sur les propriétés des segments articulés, d'autre part des conditions sur les propriétés des contenus visés." (p. 93)

É na sequência destas observações que apresenta a descrição dos conectores concessivos (neste caso **mais**, **quand même** e **pourtant**) em termos de instruções e de condições de emprego (pp. 99-101).

5- É possível fazer a mesma distinção no português. Considerem-se, por exemplo, os seguintes enunciados:

."A outra explicação é de ordem não afectiva mas estratégica" (Expresso, 1-4-88, p. 13) (Mas-SN)

."A pergunta parece absurda, mas a imagem é notável" (Expresso, 11-2-89, p. 25-R) (Mas-PA).

6- Contudo, atendendo ao exemplo que dá, e traduzindo, não vejo hipóteses de duas interpretações na expressão correspondente em português, que seria: "Eduardo não é brasileiro, mas português". Devido à sua forma (ausência da cópula após **mas**) exemplos deste género tendem a ser, desde logo, considerados **mas-SN**, como aliás também é apontado para o francês em [ANSCOMBRE e DUCROT 1977], onde é dada grande importância aos critérios distribucionais. Por outro lado é importante não esquecer que a última palavra em termos de análise deverá ser dada após a consideração do contexto e do co-texto.

7- Poder-nos-íamos ainda interrogar sobre o nível a que se verifica a dita "explicitação da conclusão", i.e. sobre o estatuto do conector **DONC**.

8- No caso do português tive a oportunidade de fazer um levantamento e classificação de alguns tipos de uso, nomeadamente em corpora constituídos por entrevistas do Português Fundamental e por uma transcrição de um debate televisivo sobre a 2ª volta das Presidenciais de 1986 [TRIGO 1989: 44-47]. Foi-me dado constatar a existência de um tipo que classifiquei provisoriamente de "**mas** conversacional", distinguindo no seu interior usos predominantemente "enfáticos" ou "de ligação".

9- "Est-ce que Marie est malade? Parce que je ne l'ai pas vue de la journée." [ibid.: 195]

10- O autor relaciona este segundo caso com a "inférence invitée", descrita como inversão da ordem da relação causal (cf. p.191).

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J.-C., O. DUCROT (1977), "Deux **mais** en français?", Lingua 43, 23-40.

- (1978-79), "Lois logiques et lois argumentatives", Le Français Moderne 1978(4), 347-357; 1979(1), 35-51.
- (1986), "Argumentativité et informativité", in De la Métaphysique à la Rhétorique..., M. Meyer ed., Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 79-94.
- BARROS, C. (1983), "Quelques remarques à propos de l'adversatif "mas" en portugais", Actas do XVII Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas (Aix-en-Provence), 1986, 513-526.
- DUCROT, O. (1972), Dire et ne pas Dire. Principes de sémantique linguistique, Paris, Hermann.
- (1980), "Analyses pragmatiques", Communications 32, 11-60.
- DUCROT, O. et al. (1980), Les mots du discours, Paris, Minuit.
- MOESCHLER, J. (1985), Argumentation et Conversation. Eléments pour une analyse pragmatique du discours, Hatier-Crédif, Paris.
- (1989), Modélisation du dialogue. Représentation de l'inférence argumentative, Paris, Hermès.
- TRIGO, H. (1989), Mas e outros marcadores argumentativos. Contribuição para o estudo da argumentação no português actual. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Tese de mestrado não publicada).